



Trabalhos Científicos

Título: Custo Das Internações Hospitalares Por Sífilis Congênita No Estado Do Ceará

Autores: SURAMA VALENA ELARRAT CANTO (SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ); MARIA ALIX LEITE ARAÚJO (UNIVERSIDADE DE FORTALEZA); ANA DÉBORA ASSIS MOURA (SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ); MARIA VERÔNICA SALES DA SILVA (SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ); IZAUTINA VASCONCELOS DE SOUSA (HOSPITAL JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR); BEATRIZ ELARRAT CANTO CUTRIM (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE); ABNER MONTEIRO ARAGÃO (UNIVERSIDADE TIRADENTES)

Resumo: Introdução: A Sífilis Congênita (SC), doença infecciosa sistêmica causada pelo Treponema pallidum, de transmissão vertical, ainda permanece como um sério problema de saúde pública no Brasil e nas Américas. Objetivo: Descrever os custos das internações hospitalares por SC no Estado do Ceará, em crianças menores de um ano, no período de primeiro de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2015. Métodos: Estudo epidemiológico, retrospectivo e descritivo. Para a coleta de dados utilizou-se o banco de dados do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH-SUS), processado pelo Datasus, construído a partir das informações contidas nas Autorizações de Internação Hospitalar (AIH). O SIH-SUS cobre exclusivamente as internações realizadas pelas redes públicas e conveniadas de saúde. Os dados foram organizados em planilha no Microsoft Office Excel (versão 2010). Resultados: Ao longo dos cinco anos estudados foram registradas 2.603 internações por SC. A soma dos recursos pagos pelo SUS para essas internações foi de R\$ 1.611.310,75 (um milhão, seiscentos e onze mil, trezentos e dez e setenta e cinco centavos), sendo R\$ 627,63 a média de custo da AIH. Verificou-se que o tempo total de permanência hospitalar das crianças foi de 24.112 dias, com média de 9,2 dias. Conclusão: Os resultados demonstraram um custo elevado com o tratamento da SC no Estado do Ceará, determinando impacto na saúde pública, contribuindo para entender a magnitude do problema e assegurar que as medidas preventivas da SC continuam sendo as mais recomendadas, permitindo que os conceitos não adoeçam, e consequentemente, reduzindo ou extinguindo a demanda de internação hospitalar, favorecendo a aplicação desses recursos gastos com a hospitalização dessas crianças em medidas de prevenção e promoção da saúde e em outros agravos que necessitem de investimentos.